

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.526 - PR (2019/0189608-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : CECILIA PEREIRA TENORIO  
**AGRAVANTE** : THIAGO PEREIRA TENORIO  
**AGRAVANTE** : MATEUS PEREIRA TENORIO  
**AGRAVANTE** : VALDIR PEREIRA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : THALITA PEREIRA TENORIO  
**ADVOGADO** : SORAYA SAAD LOPES - PR012506  
**AGRAVADO** : ADIL ELIAS PINTO  
**ADVOGADO** : CLODOALDO DE MEIRA AZEVEDO - PR019197

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO EVIDENCIADA. 2. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DA REVELIA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 3. ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL. FORMALIDADES LEGAIS PARA A VALIDADE DO ATO NÃO RESPEITADAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. 4. NULIDADE DA PENHORA POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS COPROPRIETÁRIOS NÃO VERIFICADA. SÚMULA 7/STJ. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Cecília Pereira Tenório e outros contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial.

Consta dos autos que os ora agravantes ajuizaram ação de embargos de terceiro contra Adil Elias Pinto em virtude de penhora, e posterior arrematação, de imóvel rural em execução extrajudicial movida pelo embargado.

A sentença jugou improcedente a pretensão inicial.

Interposta apelação, a Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná negou provimento ao recurso dos autores em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 303):

**APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA**

DE PARTE IDEAL DO IMÓVEL. REVELIA. FATO QUE NÃO IMPÕE PROCEDÊNCIA AUTOMÁTICA DOS PLEITOS INICIAIS. INDÍCIOS SUFICIENTES ACERCA DA POSSE. INEXISTENTES. PROPRIEDADE. NÃO AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.245 DO CC. ESCRITURA PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS. INVALIDADE. EXIGÊNCIA DE INSTRUMENTO PARA A ALIENAÇÃO DE BEM MÓVEL. ART. 1.793 DO CC. INCIDENTE. NULIDADE DA PENHORA POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS COPROPRIETÁRIOS. NÃO VERIFICADA. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS ARBITRADOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os ora agravantes alegaram violação dos seguintes dispositivos normativos: **a)** arts. 489, § 1º, IV, e 1.022 do CPC/2015, ante a existência de suposta negativa de prestação jurisdicional; **b)** arts. 300 e 319 do CPC/1973, argumentando que o juízo não poderia concluir pela improcedência dos pedidos apresentados, tendo em vista a ocorrência dos efeitos materiais da revelia e o vasto conjunto probatório documentado nos autos; **c)** art. 1.793 do CC/2002, em que defendem a possibilidade de alienação, por qualquer herdeiro, de bem da herança, mesmo pendente a indivisibilidade, caso haja autorização judicial posterior ou se o bem alienado vier a compor o quinhão do alienante após a realização da partilha; **d)** arts. 504 do CC/2002 e 685-A, § 2º, do CPC/1973, sob o fundamento da necessidade de intimação dos coproprietários acerca da penhora efetuada.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 354).

O recurso especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual, "aos recursos interpostos com fundamento no

CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão *a quo* resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o acórdão recorrido expressamente enfrentou as questões suscitadas pelas partes, notadamente acerca da (in)suficiência de provas da posse do imóvel objeto dos embargos de terceiro, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

Com relação à revelia, importante destacar a falta de impugnação, no âmbito do recurso especial, sobre o fundamento do acórdão recorrido de que o referido instituto gera presunção relativa acerca da veracidade dos fatos alegados. Portanto, impositiva a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula 283/STF.

Ademais, é sabido que "a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em razão da ocorrência da revelia ou da falta de impugnação é relativa. Para que o pedido seja julgado procedente, o juiz deve analisar as alegações do autor e as provas produzidas" (AgInt no AREsp 1.236.675/GO, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018).

Logo, afastar a conclusão alcançada pelo acórdão recorrido que manteve a sentença de improcedência dos embargos de terceiro demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, providência descabida ante o óbice do enunciado

n. 7 da Súmula desta Corte.

Relativamente à eficácia da cessão de direitos hereditários, impende destacar que os insurgentes não infirmaram todos os argumentos do acórdão recorrido quanto ao tema (e-STJ, fl. 308, sem grifo no original):

Ainda, os documentos de movs. 1.21 e 1.22, tratam de "**Escrito Particular de Cessão de Direitos Hereditários**", que não respeitou as formalidades legais para a validade do ato, pois além de não ser confeccionado pela via idônea (contrato particular e não por Escritura Pública), não possui a assinatura do próprio cessionário Avelino Ribeiro Tenório Neto, tampouco a anuência dos demais herdeiros.

A Escritura Pública é indispensável para dar validade formal à cessão de direitos hereditários para que os apelantes possam ser considerados proprietários do bem imóvel, como preconiza o art. 1.793 do CC:

O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública.

Desse modo, não há como atestar a alegada vulneração ao dispositivo do art. 1.793 do CC/2002, ante o óbice da Súmula 283/STF.

Por fim, o acórdão recorrido, após acurada análise do contexto fático-probatório dos autos, consignou que houve a intimação de todos os coproprietários (e-STJ, fl. 310), de modo que não há como afastar conclusão acerca da ausência de nulidade da penhora efetuada por conta do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% sobre o valor da causa.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator